

# GETÚLIO VARGAS, AS OPOSIÇÕES COLIGADAS E O GOLPE DE 1937

Eliana Evangelista Batista<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa publicações políticas do jornal carioca *Correio da Manhã*, investiga as convergências e divergências das *oposições coligadas* entre os anos de 1935 e 1937 e verifica como essa fragmentação, ao lado do aparato burocrático criado por Vargas, e da narrativa em torno de grupos que se polarizavam, contribuiu para a efetivação do golpe de 1937.

**Palavras-chave:** Oposições Coligadas. UDB. Getúlio Vargas. Golpe de 1937.

**Abstract:** This article analyzes political publications of the newspaper *Correio da Manhã*, investigates the convergences and divergences of the related oppositions between the years of 1935 and 1937 and verifies how this fragmentation, along with the bureaucratic apparatus created by Vargas, and the narrative around groups that were polarized, contributed for the accomplishment of the putsch in 1937.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente substituta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (IFBA). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: <eliana25d@hotmail.com>.

**Key-words:** *Oposições Coligadas. UDB. Getúlio Vargas. Golpe de 1937.*

### **Introdução**

No dia 29 de abril de 1935, com a instalação da nova Câmara Federal, ocorreu no salão da Comissão de Finanças do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, a primeira reunião dos deputados eleitos que se colocavam na oposição ao governo de Getúlio Vargas.<sup>2</sup> Presidida por Sampaio Correia, líder da minoria da Câmara que findava, aquela reunião não teria grandes deliberações, em função da ausência da bancada do Partido Republicano Paulista (PRP), parte importante do grupo oposicionista da época. Por sugestão do deputado baiano Otávio Mangabeira, nenhuma deliberação relevante deveria ser tomada sem que se ouvissem os paulistas.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> ARTICULA-SE A OPOSIÇÃO DA CÂMARA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018. As eleições para deputados foram realizadas em outubro de 1934. Em alguns estados realizaram-se eleições suplementares em janeiro de 1935, a exemplo do que ocorreu para a Bahia.

<sup>3</sup> A reunião foi registrada pela imprensa do período. O jornal carioca *Correio da Manhã* daria cobertura a esta e às demais conferências realizadas pelas oposições coligadas, razão pela qual será tomado como a nossa principal fonte neste artigo. Fundado em 1901, o *Correio da Manhã* destacou-se na imprensa carioca como jornal de opinião e a sua fundação está relacionado à *Revolução Federalista*. Foi um dos primeiros jornais a demonstrar simpatias com os levantes de 1922 e 1924, aos quais daria divulgação que resultou em sua suspensão, voltando a circular apenas em 1925. Sustentou oposição aos governos que assumiram o executivo na década de 1920 e apoiou as articulações da Aliança Liberal a partir de 1929, dando ampla cobertura no ano de 1930 aos fatos ligados ao movimento revolucionário. Sustentou posição ambígua em relação aos primeiros anos do governo provisório, demarcando a sua posição a partir de 1932 quando irrompeu a *Revolução Constitucionalista* em São Paulo. A partir de 1934, sob direção de M. Paulo Filho, fez cobertura minuciosa dos trabalhos parlamentares e passou a manter, diariamente, duas colunas destinadas à cobertura da Assembleia: “O que houve ontem na Assembleia Constituinte”, que acompanhava todos os passos das sessões, transcrevendo muitas das falas dos deputados e “A situação política”, composta de notas que envolviam as articulações políticas de bastidores, bem como a situação político-partidária dos estados, ou seja, um registro dos acontecimentos fora do plenário, que ficavam às margens dos anais da *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 3-42, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

Durante os primeiros dias de atuação da minoria na Câmara Federal havia muitas indefinições quanto à posição dos deputados oposicionistas. Dizia-se, inclusive, que estavam divididos em duas correntes, uma “que puxa[va] francamente para a esquerda” e outra que se ia definindo “com orientação adesista ao integralismo”, entre os quais estariam, os deputados Artur Bernardes e Otávio Mangabeira que “encarariam com simpatia uma transformação no integralismo, que importasse em outorgar-lhes a direção política do movimento, ficando o Sr. Plínio Salgado com a propaganda eleitoral”.<sup>4</sup>

Esses boatos foram rapidamente dissipados pelos deputados, principalmente Otávio Mangabeira que se mostrou decidido a combater, visceralmente, o governo de Getúlio Vargas, encontrando no gaúcho João Neves ora um aliado ora um empecilho para o desempenho de sua tarefa. Naquele momento, porém, foi a João Neves que coube a tarefa de anunciar a postura geral dos oposicionistas naquele ano. Segundo declarou:

[...] os membros da esquerda estão decididos a se conservar nos seus postos de combate ao Sr. Getúlio Vargas e seus agentes. Não lhe daremos quartei aos erros. A nossa posição decorre, fundamentalmente de considerar a sua investidura como um ato de usurpação, conforme demonstrei

---

Câmara e que, quase sempre, definiam o curso da política nacional. Como órgão de oposição, o jornal deu ampla cobertura às reuniões das oposições Coligadas até o ano de 1937 quando sustentou a campanha de José Américo para a sucessão presidencial, chegando a publicar matérias que anunciavam o golpe, em 5 de novembro de 1937. CORREIO DA MANHÃ. Verbete. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANHÃ.pdf>. Acesso: 20 mar. 2018.

<sup>4</sup> A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 maio 1935. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acesso em: 6 mar. 2018.

exaustivamente. De uma vez para sempre, nós somos de oposição, queremos ficar oposição, ficaremos oposição.<sup>5</sup>

Como veremos adiante, muito cedo João Neves buscava uma forma para reconciliar-se com o governo Vargas e o principal obstáculo para mediar o entendimento entre ele e a oposição era justamente o deputado baiano Otávio Mangabeira que responsabilizava insistentemente a Getúlio Vargas pela crise do regime democrático no país. Conforme destacou o deputado em muitos dos seus discursos, o que havia no Brasil era uma crise de autoridade do executivo, desmoralizado pelos erros cometidos pela revolução e não necessariamente uma crise na democracia.

Otávio Mangabeira valia-se de sua experiência do exílio para analisar o regime implantado por Vargas. Para ele, a crise social e econômica que se instalara no país naqueles anos de pós-revolução era fruto do discricionarismo e das tentativas de centralização de poder que levaram a gastos excessivos no processo de montagem do aparato burocrático que dava sustentação ao governo. Dizia-se ainda experiente em relação aos regimes extremistas que turvavam todo o *velho mundo* e afirmava que se havia uma “nação na superfície da terra que nasceu para ser democrática”, essa seria o Brasil que até nos tempos do monarca era “um povo que peca[va], antes pelo excesso de cordura, que pela rebeldia”. Mangabeira lembrava que o aceno dos brasileiros para a Aliança Liberal estava justificado no desejo de se ter, na prática,

---

<sup>5</sup> A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 17 e 18 maio 1935. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acesso em: 6 mar. 2018.

instituições livres no país. No entanto, toda expectativa de instituições livres desvaneceu-se pelas recorrentes tentativas de Vargas de “suceder a si mesmo”. Para Otávio Mangabeira, a revolução havia sido uma catástrofe, e quando o povo voltava os olhos para o lugar do leme e do piloto daquela empreitada o que encontrava era uma acefalia, um governo “a fumar e a sorrir (*risos*) enquanto os horizontes escureciam”.<sup>6</sup>

Assim, em meio às galerias sempre lotadas no Palácio Tiradentes, as *oposições coligadas* condenavam, de um lado, o avanço de grupos tido como extremistas e, de outro, as ações enérgicas do executivo, e colocando-se como opção a ambos os extremos foram os primeiros a adotarem o lema de defesa da Democracia, conforme se observa na imagem abaixo, registro fotográfico do momento em que se instalou a sua secretaria, no centro do Rio de Janeiro.

---

<sup>6</sup> OS DEBATES ONTEM NA CÂMARA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 maio de 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018. Otávio Mangabeira encerra o seu discurso nos seguintes termos: “Um dia, não há ainda muitos anos - ali na praia do leme, um homem se lembrou de ir tomar banho em uma tarde de ressaca. Eis senão quando as ondas se encrespavam, e o imprudente foi conduzido, na crista do vagalhão, ao tope de um penhasco. Mas a vaga desceu, e ele ficou isolado, no alto da rocha a pique, sem ter como voltar. Foi preciso que se mobilizasse uma turma do corpo de bombeiros. (Pausa). O ex-chefe do governo provisório viu-se transportado às alturas, onde se encontra, há quase cinco anos, na maré cheia da Revolução. As águas, porém, baixaram e ele sobrou... Há que ajudá-lo a descer...”. O deputado baiano J. J. Seabra também teve uma atuação destacada nas Oposições Coligadas, no entanto, os seus discursos estavam muito mais voltados para a denúncia dos “infortúnios da Bahia sob o jugo do capitão” Juraci Magalhães do que para fazer oposição ao governo central. Ver anais da Câmara Federal do ano de 1935. Ver, particularmente, transcrição pela matéria “os debates na Câmara dos deputados”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.



Figura 1. Registro da instalação da Secretaria das *Oposições Coligadas* em 1935

Fonte: A INSTALAÇÃO DAS OPOSIÇÕES COLIGADAS. *O Imparcial*, Salvador-BA, 18 jul. 1934. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acesso em: 6 mar. 2018.

O fechamento da ANL pelo presidente Vargas, em 5 de julho de 1935, abriu o campo das lutas parlamentares. Segundo matéria do *Correio da Manhã*, o deputado João Neves, que interpretou o pensamento da oposição na tribuna, comunicou que quando o governo federal fechou a ANL, sob pretexto de um “foco de propaganda subversiva”, a minoria registrou um requerimento na Câmara de Sessão Secreta para que o ministro da justiça expusesse os documentos que justificariam o ato do executivo. O requerimento foi negado pelo

presidente das comissões e pela maioria que opinaram pela sua rejeição, segundo o deputado, “ao serviço de subalternas conveniências do governo.”<sup>7</sup>

João Neves criticou também a justificativa dada por Vargas que alegava que o fechamento da ANL foi feito em nome da defesa da democracia. Para o deputado gaúcho que percorreu o Brasil fazendo a propaganda da Aliança Liberal, em 1930, o conceito de democracia daquela época não se confundia mais com um dogma imutável nem se assemelhava a um sistema de limites precisamente demarcados. A democracia varguista não podia ter uma fronteira tão estreita, uma vez que o mapa das reivindicações populares era incessantemente renovado. Afirmava que o alvoroço em torno da ANL conferia ao governo um caráter alarmista, com interesse em lançar o pânico sobre a população, divulgar falsa convulsão social e mistificar as reivindicações de determinados segmentos da sociedade. Prova, disso, justificava, era o fato de que:

Bastou um decreto e a catástrofe abortou como por encanto ao toque da vara mágica. Não havia de ser seguramente muito profunda a infiltração extremista. Enquanto assim o governo suprime um órgão de propaganda política, mantém aberta as sedes do integralismo, permitiu o seu congresso nesta capital e tolera os seus jornais. Justiça de dois pesos e duas medidas.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> O FECHAMENTO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>8</sup> O FECHAMENTO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.

A plataforma da ANL defendia muitos pontos que já constavam na Constituição de 1934, mas que não eram atendidos pelos patrões. Assim, a organização assumiu um caráter de frente popular, orientado pela questão do antifascismo e pela perspectiva *etapista* que dirigia as elaborações do PCB sobre a Revolução brasileira.<sup>9</sup> Nos meses finais de 1935 a ANL já havia, portanto, feito uma significativa inserção entre os operários e os setores médios, caminhando no sentido de construir uma alternativa ao governo de Getúlio Vargas. A entrada de Prestes na agremiação mudaria o rumo das coisas e depois da publicação do Manifesto à nação, convocando-a para lutar em favor de um governo revolucionário e de massas, a ANL viria a ser fechada, em 11 de julho daquele ano. A medida foi estendida aos núcleos de todos os estados.

Os segmentos mais atingidos pelo governo certamente foram os dos trabalhadores e sobre estes recaíram as medidas mais duras, principalmente aquelas de combate às greves, recorrentes em todo o país. A maior parte dos setores médios buscou se desvincular da ANL depois do decreto que a tornava ilegal, mas o espectro do comunismo já havia se espalhado pelo Brasil. Nesse quadro, a defesa da manutenção do registro da ANL se justifica pela oposição que os seus membros faziam a Vargas e não somente pela defesa da liberdade de pensamento e das instituições livres, conforme alegavam os deputados das *oposições coligadas*.

---

<sup>9</sup> DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 120.



Esses deputados também acusavam Vargas de alimentar as ideias que se tinha sobre os *extremistas*, com o propósito de justificar as violências sobre a própria oposição, visto que, sob pretexto da ameaça comunista, o governo teria argumentos para censurar a imprensa, violar as correspondências e utilizar a força policial.

Assim, durante todo o segundo semestre de 1935, os deputados opositoristas combateram vigorosamente ou propuseram emendas substanciais aos projetos apresentados pela bancada situacionista, a exemplo do Tratado de Comércio com os Estados Unidos, o projeto para o ensino de História do Brasil, e, mais tarde o debate sobre a aprovação do estado de sítio no país. Restava claro, entretanto, que “a minoria vinha sendo trabalhada por duas cabeças, pois parte dela não embargava os projetos ou se abstinha das votações.”<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> As oposições coligadas estavam compostas por aproximadamente setenta deputados, entre os quais se destacaram nas discussões Otávio Mangabeira, João Neves, Cincinato Braga, Artur Bernardes, Paulo Martins, Roberto Moreira, Djlama Pinheiro Chagas, Carneiro Rezende, João Clophas, Alde Sampaio, José Augusto, Batista Lusardo, Sampaio Correia, Eurico de Souza Leão, Pedro Calmon, Ubaldo Ramallete, Barros Cassal, Bernardes Filho e Laerte Setubal. Os baianos Wanderley Soares e Pedro Calmon tiveram importante atuação para a elaboração do projeto que criava a obrigatoriedade do ensino de História do Brasil. O projeto foi fruto de uma emenda do parlamentar Wanderley Pinho. O tratado de comércio entre Brasil e Estados Unidos foi embargado muitas vezes por Otávio Mangabeira. Também foi Otávio Mangabeira quem denunciou a intervenção do governo no estado do Rio Grande do Norte. Naquele estado, as eleições de 1933 conferiram vitória a oposição. Em 1934, a situação se repetiu pela força do Partido Popular. Enfraquecido no estado potiguar, Vargas já havia feito muitas substituições do funcionalismo público, principalmente telegrafistas e oficiais. Era sabido também que o interventor do Rio Grande do Norte havia solicitado 660 fuzis com respectivas munições e já se registrava mortes entre os membros da oposição no estado. O partido, no entanto, resistia. Otávio Mangabeira denunciava essas violências na tribuna e elogiava a oposição do norte (nordeste), afirmando que dali, tinha a esperança de surgir um governo verdadeiramente popular, tal como era o nome do Partido que tinha vencido na luta e não devia abrir mão da vitória. Como se vê, as agitações no Rio Grande do Norte foram anunciadas bem antes do levante comunista de 25 de novembro, mas aquele evento é que levaria o governo a ter aprovado o pedido de instalação do Estado de Sítio. Dos aproximados setenta deputados da minoria parlamentar, 52 votaram contra o pedido. Ver: OS DEBATES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 set. 1935, 13 set. 1935 e 23 out. 1935; *O Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 3-42, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

### *As oposições coligadas contra Vargas e com Vargas*

Com a precipitação do levante comunista nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte e o imediato pedido de aprovação do estado de sítio pelo governo federal, ainda no dia 26 de novembro de 1935, antes que Rio de Janeiro fosse palco de agitações similares, a minoria combateu a aprovação do sítio para todo o país, apresentando emenda para que ele fosse aprovado somente para os estados onde foram registradas as subversões e por somente trinta dias. Justificava-se que o sítio era “um atentado evidente contra as liberdades populares”.<sup>11</sup>

O fato é que a *ameaça comunista* também não era bem vista pelos deputados das *oposições coligadas*, muito dos quais apoiaram

[...] as medidas necessárias à defesa da ordem e do regime e contra as incursões extremistas, exceto as que, a seu juízo, atentassem contra o regime que se visava preservar ou contra a própria civilização brasileira.<sup>12</sup>

Deliberações dessa natureza atestam a tese defendida por Felipe Demier quando afirma que, ainda que tivesse saído vencedora com a constituição de 1934, no que tange à incorporação política das classes

---

*Imparcial*, Bahia, 23 out. 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>11</sup> Essa declaração foi feita pelo deputado João Mangabeira, acusado de defender o filho, Francisco Mangabeira, envolvido com o levante de 1935. O parlamentar defendia-se dizendo que não estava ali com esta intenção, embora se honrasse por ter um filho com espírito revolucionário. Essa declaração do deputado autonomista certamente contribuiu para a sua prisão em março do ano seguinte. OS ACONTECIMENTOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 nov. 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>12</sup> A REUNIÃO DA OPOSIÇÃO BAIANA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1935. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.

trabalhadoras, o parlamento reacionário, diante do avanço do comunismo e da radicalização da luta de classes no Brasil, apressou o seu processo de abdicação política. Ou seja, o parlamento burguês não se absteve em fortalecer o Estado ao atender os sucessivos pedidos de Estado de Exceção solicitados pelo governo central a partir de então.<sup>13</sup>

Esse apoio, entretanto, não se configurava como adesão ao governo. Pelo contrário, o levante comunista no norte e na capital revelava a divisão no seio da própria oposição. Parte dos deputados das *oposições coligadas* daria uma demonstração de que não estava disposta a conviver com as agitações e *infiltração bolchevique* e dobrou-se aos pedidos do presidente conferindo-lhe mais poder ao longo do ano de 1936. A outra parte resistia, sob o argumento que medidas tomadas de empréstimo dos *totalitarismos* não seriam capazes de combater o avanço dos comunistas, pelo contrário incitavam ainda mais. Era preciso educar o povo e fortalecer as instituições democráticas, livrando-as de investidas dos extremismos europeus. Sobre essa cisão no pensamento da minoria parlamentar o jornal carioca *Correio da Manhã* registrou:

A minoria da Câmara está hoje dividida em duas correntes: uma que quer e outra que não quer aderir... A primeira das duas correntes acha que deve dar aos governos meios de que ele carece para manter a ordem e salvaguardar as instituições, mas o governo, por seu lado, deveria fazer o Ministério de Concentração. Ministério de Concentração ou de compensação, quer dizer: dar aos adesistas uma ou duas pastas... A segunda corrente da minoria coloca-se em outro ponto: deve-se dar ao poder público, dentro de certa medida,

---

<sup>13</sup> DEMIER, Felipe. op. cit., 2013, p. 111-120.

as providências de que ele precisa, mas a oposição permanecerá no seu papel de oposição. Sabemos que nos dois pólos se encontram o Sr. João Neves e o Sr. Otávio Mangabeira.<sup>14</sup>

A proposta do Ministério da Concentração foi feita pelo deputado Raul Pilla. A ideia era montar um governo de gabinete, mas a medida era inconstitucional. Assim, Raul Pilla sugeriu que deputados da minoria fossem abrigados num ministério. Além de Otávio Mangabeira, os parlamentares J. J. Seabra e Artur Bernardes também eram contra a *fórmula Pilla*, defendida por João Neves, José Augusto, Christiano Machado e outros deputados.

A crise das *oposições coligadas* seria aprofundada com a prisão de parlamentares, em março de 1936. Segundo foi divulgado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, com base em documentos apreendidos nos arquivos de Harry Berger e Luiz Carlos Prestes, bem como em arquivos do secretariado nacional do Partido Comunista foram presos os deputados João Mangabeira, Octávio da Silveira, Domingos Velascos e Abguar Bastos, além do senador Abel Chermont, “por haver, nos aludidos documentos, indícios veementes de estarem os mesmos em ligação com elementos responsáveis pelo movimento subversivo, tramando nova perturbação de ordem”.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1935. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>15</sup> Segundo a polícia, os congressistas já haviam recebido pseudônimos escolhidos pela Seção do Partido Comunista no Brasil “para agitarem em maior segurança”. De 25 de novembro a 15 de março, o chefe de polícia do Distrito Federal já havia feito 3. 250 investigações, 441 buscas domiciliares, 901 prisões de civis, 2.146 prisões de militares, destes 66 oficiais, 196 subtenentes, sargentos e graduando, 1884 soldados . Sendo que 586 civis e 2058 militares, dos quais 11 oficiais, 163 subtenentes e sargentos e 1.884 soldados já havia sido postos em liberdade. Nota oficial do chefe de polícia do Rio de Janeiro. OS ACONTECIMENTOS E A *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 3-42, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

A movimentação do governo para a implantação de nova ditadura se afigurava como algo bem real, razão pela qual as *oposições coligadas* se apressaram em buscar um acordo, tentando colocar em prática a *fórmula Pilla*, através da mediação de Maurício Cardoso. Como justificativa declaravam que se tratava da busca de um “meio prático de formação de um governo que encontrasse simpatia em todas as atividade nacionais, estabelecendo-se orientação e responsabilidade na gestão coletiva das pastas”. Era preciso passar a ideia aos eleitores e setores da burguesia que apoiavam a oposição que o aceno a Vargas não se tratava de uma mera colaboração, mas da constituição de um governo em que a opinião nacional se “identificasse pela confiança depositada nas figuras chamadas a alta administração para o fim de corresponder a um plano de ação coletiva”.<sup>16</sup>

A negociação com o governo central deveria ser adotada pelos estados onde a oposição tinha eleitorado ponderável, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, mas já no final de abril de 1936, a fórmula de colaboração geral da minoria foi afastada nestes estados, visto que os diferentes grupos políticos, ainda em dissídio desde a revolução de 1930, não permitiriam que as situações regionais aceitassem dividir os postos de mando e as pastas do erário público. Além disso, o PRP inclinava-se cada vez mais para o que defendia Otávio Mangabeira e, como partido de peso no conjunto

---

DECRETAÇÃO DO ESTADO DE GUERRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>16</sup> Idem.

das *oposições coligadas*, deixava em suspense qualquer negociação que não aprovasse.<sup>17</sup>

Apesar disso, as negociações tiveram continuidade e, ironicamente, no dia 1 de maio de 1936, as *oposições coligadas* divulgavam ter encontrado uma fórmula para conduzir o acordo com o governo. O debochado título da matéria do *Correio da Manhã* anunciava a submissão de parte dos parlamentares opositores. Intitulada “o 1º de maio das *oposições coligadas* foi uma jornada laboriosa”, a matéria resumiu as atividades e deliberações que foram tomadas naquele fatídico dia internacional dos trabalhadores.<sup>18</sup>

Todo o dia foi consagrado às negociações entre os membros das *oposições coligadas*, culminando numa reunião com Getúlio Vargas ao final da noite, com o objetivo de assentar e definir os termos do acordo. O resumo da reunião mostra também quem eram os líderes da minoria e o papel subalterno dos demais deputados que apoiaram as decisões. Assim, os termos do acordo foram frutos de discussões entre os líderes perrepistas Sylvio de Campos e Mário Tavares, o líder da oposição baiana, Otávio Mangabeira, Artur Bernardes e João Neves, Batista Lusardo, José Augusto, Sebastião do Rego Barros, Eurico Souza Leão e Sampaio Correia. As reuniões preparatórias ocorreram tanto no Hotel Glória, na residência de Otávio Mangabeira quanto na casa de Artur

---

<sup>17</sup> Ver edições do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1936, 2 abr. 1936, 15 abr. 1936. Em 15 de abril registrou-se um encontro entre Getúlio Vargas, Maurício Cardoso, João Neves, Paim Filho e Batista Lusardo, com objetivo de definir os termos das negociações.

<sup>18</sup> O PRIMEIRO DE MAIO DAS OPOSIÇÕES COLIGADAS FOI UMA JORNADA LABORIOSA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 maio 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.



Bernardes. Sobre os demais deputados de oposição o jornal se refere em tom jocoso:

Enquanto se reuniam, e assentavam uma orientação, aqueles chefes, às 3 horas começaram a afluir para a Câmara os soldados dos batalhões oposicionistas, todos comandados pelos seus capitães. E à hora da convocação, enchiam a sala da comissão de Finanças, e se espraiavam pela de Justiça, entre outros os srs. Henrique Couto, do Maranhão; Demócrito Rocha, do Ceará; Albertto Roselli, do Rio Grande do Norte; Antonio Botto, da Parahyba; Mota Lima e Fernandes Lima, de Alagoas; Aldo Sampaio, de Pernambuco; Ubaldo Ramallete, Jair Tovar, Asdrubal Soares e Abner Mourão, do Espírito Santos, Alípio Costalat, do estado do Rio; Christiano Machado, Bias Fortes, Daniel de Carvalho, Bernardes Filho e Virgílio de Melo Franco, de Minas; Artur Santos, do Paraná; e Barros Cassal e Nicolao Vergueiro, do Rio Grande do Sul.<sup>19</sup>

O fato é que o breve consenso entre os oposicionistas passou pela elaboração e votação de diferentes propostas que envolviam diferentes reuniões lideradas por Otávio Mangabeira e João Neves e a presença de paulistas, mineiros e baianos. Daí assentou-se uma fórmula conhecida como *Hotel Glória*, resumida em seis cláusulas. Redigidas por Sampaio Correia, a proposta admitia a trégua parlamentar com o adiamento das negociações sobre a sucessão presidencial; o restabelecimento das imunidades parlamentares; a decisão de não se registrarem mais demissões ou perdas de patentes, senão após o pronunciamento do judiciário; e a formação de uma verdadeira comissão de inquérito, dos

---

<sup>19</sup> A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 maio 1936. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.

membros da maioria e da minoria, como órgão controlador, visando evitar a ocorrência de casos, que provocassem choques nos estados.

Esse modo de ver dos baianos, paulistas e mineiros estava em desacordo com os termos firmados entre João Neves e Getúlio Vargas. Assim, era preciso encontrar uma maneira de colaborar com o governo de modo a não “desvirtuar o papel da minoria na Câmara como elemento de controle e crítica dos atos da administração”. Coube a Otávio Mangabeira “dentro desse objetivo que controlava todas as divergências”, apresentar uma solução para o caso. A minoria atenderia ao apelo do presidente da República, por intermédio da frente única do Rio Grande do Sul, representada pelo próprio líder da minoria, o deputado João Neves. O acordo estava justificado pela “delicadeza da situação e visava fortalecer o poder público na defesa da segurança nacional e do regime, por que todos se batem no mesmo espírito de conservação”.<sup>20</sup>

Desse modo, dado a aprovação do acordo pelos *soldados* da oposição e reconduzido o Sr. João Neves ao posto de líder da minoria, Otávio Mangabeira “anunciou o veredicto e prestou esclarecimentos sobre o espírito da resolução”. Segundo ele, ainda que a minoria não fugisse aos compromissos políticos era preciso “entender-se com as forças da maioria, no sentido da marcha dos trabalhos legislativos”.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Cabe destacar que todas essas negociações ocorreram antes da reabertura da Câmara que estava em reforma. Mudanças significativas foram realizadas na estrutura física e impactaram diretamente nas performances dos deputados, pois se eliminaram as bancadas em separado, principalmente a paulista e mineira.

<sup>21</sup> A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 maio 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

Já se sabia da impossibilidade de estender o acordo aos estados, conforme Vargas voltaria a confirmar na última reunião daquele 1º de maio, mas este não era o ponto principal de reivindicação dos deputados de oposição. Preocupados com as garantias pessoais, o ponto nevrálgico do acordo era mesmo a questão das imunidades parlamentares. Assim, o conagraçamento final daquela unidade de ponto de vistas seria mesmo durante a reabertura da Câmara dos deputados, no dia 3 de maio de 1936.

Reunidos no Palácio Tiradentes, em ambiente solene, deputados, senadores, membros do corpo diplomático, ministros de Estado, ministros da corte suprema, o cardeal Leme e altos funcionários do Estado, acompanhados por um punhado de populares, ouviam uma mensagem do presidente Getúlio Vargas, levada aos parlamentares por um secretário que o representava.

Aberta pelo senador baiano Medeiros Neto, a sessão de conagraçamento entre maioria e minoria parlamentar foi inaugurada com a leitura de um *importante documento*. O ministro da justiça entregou ao senador Medeiros Neto o decreto que suspendia as restrições impostas às imunidades parlamentares “em consequência da equiparação ao estado de guerra e da comoção intestina grave em todo território nacional”. Os aplausos se repetiram até o final da sessão, marcada por discursos de unidade nacional, unidade de vistas, combate aos extremismos, bem estar social e princípios cristãos do povo brasileiro. No recinto, a oposição estava representada por João Neves, Batista Lusardo, Sampaio Correia, José Augusto, Daniel de Carvalho,

Ubaldo Ramalhete e outros *soldados* de menor vergadura. Otávio Mangabeira, Artur Bernardes e Roberto Moreira, por sua vez, não compareceram ao conclave.<sup>22</sup>

Evidenciavam-se, assim, as divergências entre a oposição que desde janeiro caminhava para um acordo com o governo central. Entrevistas de João Neves e Otávio Mangabeira publicadas no mesmo dia na imprensa carioca era reveladora da especulada cisão da minoria. Ao que parece acompanharam o Rio Grande do Sul o seu congênere do Norte e os mineiros, restando aos baianos e paulistas o apoio de poucos deputados. Assim, Vargas conduzia o governo que caminhava para uma ditadura com largo apoio. Aprovou facilmente, ainda em junho, a prorrogação do estado de guerra e em julho, a autorização para processar os deputados presos.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> A oposição recusou fazer parte da mesa diretora na reabertura da Câmara, mas as comissões foram preenchidas com parte dos seus membros: Henrique Dodsworth e Daniel Carvalho permaneceram na Comissão de Finanças, também a ela foi incorporado Orlando Araújo que era da maioria e passou integrar a oposição; na de Justiça continuou o deputado Artur Santos, bem como Roberto Moreira; na Comissão de Diplomacia, Eurico de Souza Leão e Alípio Costallat; na de Tomada de Contas, Ubaldo Ramalhete e Aldo Sampaio; na de Educação, Lontra Costa e Luiz Viana Filho; na de Segurança, Domingos Velasco e Plínio Tourinho, na de Legislação Social, Jair Tovar e Laerte Setubal, na de Agricultura João Clophas e Paula Soraes; na de obras, Rodolpho Motta Lima e padre Macário. O pedido de prorrogação do estado de guerra foi combatido por apenas 11 deputados, entre os quais os baianos Otávio Mangabeira, Seabra, Pedro Lago e Pedro Calmon. Os demais foram Café Filho, Durval Melchhiades, Motta Lima, Sampaio Corrêa, Rego Barros, Teixeira Pinto e Artur Santos. A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 maio 1936. Disponível em: <www.memoria.bn.br> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>23</sup> A CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVOU ONTEM, POR 158 VOTOS, A PRORROGAÇÃO DO ESTADO DE GUERRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1936. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018. Para os dirigentes do jornal *A Batalha*, o fracasso da fórmula entre a minoria de oposição e o governo se dava por várias razões: “quase a totalidade dos membros da minoria, isto é, todos, menos os gaúchos, desaprovaram a prorrogação das tréguas políticas ou da transformação das simples tréguas em acordo definitivo da oposição com o governo. Em segundo lugar, da parte do Sr. Getúlio Vargas teria havido uma declaração de que o acordo não mais interessaria ao governo. Com efeito, parecia que para os opositoristas gaúchos, o acordo deveria ser uma espécie de permuta: a *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 3-42, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

Na oportunidade, coube ao octogenário Seabra combater a aprovação do pedido na tribuna. Recorrendo aos discursos irônicos com os quais já havia se acostumado a criticar o governo da Bahia, Seabra acusou o presidente de querer prolongar um estado de guerra quando o país estava em paz. Julgava ser aquele quadro uma desatenção da minoria para com o país, acentuando que deveria haver por ali “qualquer combinação presidencial que ninguém queria contrariar”. Afirmou aceitar qualquer repressão contra os comunistas, contanto que fossem feitas dentro da constituição, imputando aos seus pares, a responsabilidade de estarem sendo insensíveis aos colegas presos. A galeria, repleta de mulheres, esposas do militares presos e dos deputados, segundo registrou *Correio da Manhã*, aplaudia vivamente o discurso do deputado baiano.<sup>24</sup>

Os membros da minoria dissidente questionavam a solicitação para prorrogar-se o estado de guerra quando no período mais agudo da *subversão comunista* controlou-se a ordem somente com estado de sítio. Segundo afirmou Otávio Mangabeira, o comunismo havia sido

---

oposição ensarilharia as armas e em troca, o governo concordaria com uma candidatura presidencial emanada dos arraiais oposicionistas. [...] Essa fórmula, no entanto, apresenta[va] a conveniência de impor um candidato que não partiria apoiado pela totalidade da nação”. O FRACASSO DO ACORDO POLÍTICO. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1936. Disponível em: <www.memoria.bn.br >. Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>24</sup> A CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVOU ONTEM, POR 158 VOTOS, A PRORROGAÇÃO DO ESTADO DE GUERRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1936; APROVADO O PEDIDO PARA PROCESSAR OS DEPUTADOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1936. Disponível em: <www.memoria.bn.br> . Acesso em: 6 mar. 2018. Até o jornal carioca *A Batalha* que sempre dava divulgação e crédito às ideias de Otávio Mangabeira, passou a criticar duramente a sua postura, afirmando que ela havia se tornado mesquinha e personalista, preferindo ver Getúlio Vargas deposto a combater o avanço do comunismo no país. BARATA, Júlio. Dilema Brasileiro. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1936. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.

um achado para o Getúlio Vargas bem como o governo havia sido um achado para o comunismo. Praticamente isolado na oposição, visto que até mesmo os paulistas do PRP estavam inclinados a se submeterem aos interesses de Vargas, Otávio Mangabeira passou a recorrer aos discursos de que cabia ao exército e a marinha salvar o Brasil do opróbrio.<sup>25</sup>

Essas intrigas políticas do cotidiano parlamentar, quase sempre desprezadas nas análises sobre a formação do governo varguista no Brasil, revelam as divergências entre as frações de classes que disputavam o poder com o governo central e servem quase como uma demonstração didática de como ocorreu a crise de hegemonia no país naquele período.<sup>26</sup> Conforme afirmou Francisco Weffort, a burguesia só encontra unidade de classe na luta política quando se submete a um chefe.<sup>27</sup> Neste sentido, é que as *oposições coligadas* retomaram a questão da sucessão presidencial em setembro de 1936. A proposta era que se indicasse à futura presidência um nome que recebesse apoio

---

<sup>25</sup> No dia 22 de agosto de 1936 Otávio Mangabeira fez a leitura de uma carta encaminhada aos deputados pelo irmão João Mangabeira, preso desde março. Entre outras acusações, João Mangabeira afirmava que o “estado de guerra no Brasil era feito entre churrascos e canjicadas”, prova do quanto àquela prorrogação era manobra do governo Vargas para se manter no poder. Ver: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1936 e 22 ago. 1936; O COMUNISMO NA BAHIA. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018. Nessa matéria há informações de que Juraci Magalhães sabia do teor dos telegramas que seguiam do Norte para o sul do país porque os interceptavam, por isso, quando o movimento irrompeu em novembro de 1935, estava preparado para enfrentá-lo.

<sup>26</sup> Gramsci conceitua essa atividade parlamentar de pequena política, “que compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações e uma mesma classe política”. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol 3. Notas sobre o Estado e a Política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p.21.

<sup>27</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 29.



unânime dos deputados e para o qual eles deveriam elaborar um plano administrativo sem a intervenção de Getúlio Vargas.

Para Mangabeira, essa escolha e esse plano deveria se processar entre os líderes da minoria e da maioria, mas tão logo saberia que Getúlio Vargas, na condição de árbitro do Estado, teria papel definitivo na questão da sucessão presidencial, sobretudo porque queria assegurar a conservação da nova estrutura orgânica que esboçou para o estado brasileiro no pós-revolução. Ao tempo que buscava dialogar com o parlamento, Vargas investia no controle das massas populares com o apoio desses mesmos parlamentares. Foi com este objetivo que o deputado baiano Pacheco de Oliveira, da bancada situacionista, apresentou e aprovou no Congresso um projeto de propaganda do regime que visava educar o povo contra as ideias extremistas e elevar a atuação do governo como protetor das massas.<sup>28</sup>

Porém, nem mesmo esse processo de submissão a um chefe se daria sem atritos entre os deputados da minoria parlamentar. A Frente Única do Rio Grande do Sul, liderada por João Neves, defendia que

---

<sup>28</sup> Ver: AS BASES DE UM ACORDO POSSÍVEL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 set. 1936; PODER LEGISLATIVO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 set. 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018. A aquiescência das classes populares também contribuía para a escalada do governo central. O fortalecimento dos laços entre Estado e Igreja na década de 1930 muito contribuiu para este propósito. No ano de 1936 o governo reconhecia publicamente o papel da Igreja para com o Estado e os impactos para a legislação social dessa parceria. O ministro do trabalho afirmou que a Constituição de 1891 era pagã, mas a Revolução de 1930 teria restaurado a relação cristã com a Constituição, primeiro permitindo o ensino religioso e depois pela coordenação dos sindicatos pelos ciclos operários católicos e a sistematização das atividades sociais. Ver: O SENTIDO NOVO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 set. 1936. Uma importante discussão sobre a relação social/político como forma de cooptação das classes trabalhadoras pode ser vista na segunda parte da obra de EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. São Paulo: Boitempo, 2016.

primeiro deveria ser elaborado um programa e a este subordinar-se-ia um candidato. Deste modo, a escolha de um nome seria em torno de ideias e não de pessoas. Os demais integrantes das *oposições coligadas* julgavam que o lado racional da elaboração de qualquer programa implicava na escolha do nome da figura nacional que cumpria executá-lo como supremo magistrado. A divergência afastou João Neves definitivamente da liderança da Frente Única, mas esta continuou as negociações com o governo.<sup>29</sup>

A forma como se fortalecia as bases do governo Vargas se revelava a cada pedido de manutenção de estado de guerra que fazia ao Congresso. Assim, quando em setembro de 1936 Vargas pediu mais uma vez a prorrogação do estado de guerra para o país, a minoria exigiu apenas duas restrições, entre as quais uma era para a censura, no intuito de assegurar o amplo debate sobre a sucessão presidencial. Apenas três deputados votaram contra. Octávio Mangabeira, mais uma vez, daria uma declaração que parecia prevê o golpe de 1937:

Conhecem-se as intenções oficiais. Só se deve escolher candidato depois de 3 de janeiro, isto é, depois que os governadores estiverem, todo eles, incorrido na incompatibilidade eleitoral. A censura cair sobre a imprensa, anestesiando o país. Há, contudo, livre curso para quaisquer notícias relativas, favoravelmente, já se vê, à prorrogação do

---

<sup>29</sup> Segundo o jornal carioca *Correio da Manhã*, com a saída de João Neves da liderança da Frente Única passou-se a cogitar o nome de Otávio Mangabeira para assumir as negociações, que disputava com o líder paulista do PRP, Roberto Moreira. Isso implicaria, entretanto, na saída do Rio Grande do Sul da condução do acordo, o que não se verificou, recaindo sobre Borges de Medeiros essa responsabilidade. Este, por sua vez, nunca assumiu formalmente esta liderança, entregue mais tarde a Batista Lusardo. A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 set. 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

mandato do atual detentor do poder, ou mesmo a tese, em geral, da prorrogação dos mandatos. Governos houve, na América Latina, que ousaram pretender perpetuar-se. Mas a era deles extinguiu-se, mesmo nos países, menos cultos, ou de menores responsabilidades. Que afronta para o Brasil o de admitir na nossa pátria, ainda que só por hipótese, ou como objeto de conversas ou de comentários nos jornais, a perpetuação de um governo, que já ousou, por sinal, suceder-se a si próprio. É porque vejo no Estado de Guerra, inteiramente discricionário para a repressão do comunismo, uma das peças da máquina construída contra a nação para impedir o exercício da soberania popular, na escolha dos seus governantes, que lhe recuso ainda mais uma vez, o meu voto, e lavro contra ele o meu protesto.<sup>30</sup>

O apelo de Otávio Mangabeira não encontrou respaldo nem entre seus pares nem junto às classes populares, das quais sempre estivera distante em toda a sua trajetória política. Estava claro que os regionalismos não permitiria que as oposições mantivessem uma linha de atuação coesa. Conforme afirmou Demier, “paulatinamente, o federalismo burguês-oligárquico liberal, fiel aos sentimentos e prioridades políticas de sua base social, fornecia as armas para seu futuro carrasco”.<sup>31</sup>

Cindida as *oposições coligadas*, parte dos deputados acompanhou João Neves na elaboração da *Comissão Mista*, arranjada entre os membros da minoria frentista (referência da imprensa à oposição feita pelo Rio Grande do Sul, através da Frente única daquele estado) e da maioria para debater a questão de sucessão presidencial.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> PODER LEGISLATIVO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 set. 1936; 19 set. 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>31</sup> DEMIER, op. cit., 2013, p. 134.

<sup>32</sup> Os gaúchos defendiam um *modus vivendi* traçado num octólogo e não se compatibilizavam com a fórmula da sucessão presidencial apresentada por Otávio Mangabeira, acompanhada pelo *Cordis*. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 3-42, jul./dez. 2017. ISSN 2176-4174.

Mal tinha sido esboçada, a Comissão já se apresentava fadada ao fracasso. Formada em 3 de novembro de 1936, com três deputados de cada uma das bancadas, a Comissão era presidida pelo próprio presidente Vargas. A acachapante indecisão da minoria em torno desse aspecto era comparada pela imprensa carioca ao modo de fazer política do próprio governo: “A minoria faz como o senhor Getúlio Vargas no resolver dos problemas. Ou melhor, não resolvê-lo, e dar tempo ao tempo na clássica atitude de deixar como está para ver como fica”.<sup>33</sup>

Assunto proibido de ser comentando publicamente entre os parlamentares por um acordo que nunca chegou a se firmar, a questão da sucessão presidencial ganhou fôlego a partir de um discurso de Juraci Magalhães, que ao receber o presidente Vargas no estado da Bahia, para

---

diretório da minoria. Em resumo pretendia o deputado baiano: 1. Escolha do candidato à presidência da República, nome em torno do qual se deverá processar a pacificação da política nacional; 2. Elaboração de um programa de governo, por comissão mista, da maioria e da minoria, presidida pelo candidato escolhido; 3. Conclusão dos trabalhos de coordenação até 31 de dezembro para permitir que o candidato escolhido, se fosse governador de estado se desincompatibilize dentro do prazo constitucional; 4. Realização de uma grande assembléia nacional, para a discussão do programa governamental e a proclamação oficial do candidato à presidência da República. Em 19 de setembro de 1936, os representantes das oposições coligadas cederam ao Rio Grande do Sul, e em carta que foi publicada pela imprensa carioca, autorizaram que ela continuasse o entendimento com o governo para resolver a questão da sucessão presidencial. Em novembro, a situação ainda não tinha sido resolvida. João Neves desligou-se das oposições, assim como da Frente Única do Rio Grande do Sul, criando uma espécie de oposição independente. O deputado lançou um manifesto à nação explicando a cisão, ao qual respondeu, pela minoria, o deputado baiano Otávio Mangabeira. Dizia o manifesto-resposta que as oposições desejavam “a pacificação nacional, mas por forma que honre o Brasil, e não afunde, ainda mais, na sua reputação, ou nos seus créditos, a nossa democracia”. Em dezembro de 1936, após ter tido censurado um artigo que mandara publicar na imprensa, Otávio Mangabeira fez incisivo discurso contra Getúlio Vargas na Câmara de Deputados perguntando, ironicamente, se ainda era possível um representante da nação exercer livremente o seu mandato. Ver: *A Batalha*, Rio de Janeiro, 12 set. 1936; 19 set. 1936. UMA RÉPLICA AO MANIFESTO DA FRENTE ÚNICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1936; PODER LEGISLATIVO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>33</sup> A COMISSÃO MISTA COZIDA EM ÁGUA FRIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1936. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

a inauguração do novo prédio do Instituto do Cacau, deu a entender que não estava inclinado a apoiar a sua reeleição. Toda a imprensa e Câmara Federal voltaram o olhar para esse estado. Especulava-se, inclusive, que Juraci Magalhães buscava apoio junto ao governador de Pernambuco para embargar qualquer possível recondução de Vargas ao Catete. Mais tarde receberia também o governador Benedito Valadares, de Minas Gerais, na região do São Francisco. Em 1937 seria esse governador o responsável pela indicação do nome de José Américo a candidato presidencial, com apoio irrestrito do governador da Bahia.

O ano de 1936 encerrava-se com mais um pedido de prorrogação de estado de guerra. No auge de seus 86 anos, foi ao deputado Seabra que coube fazer a crítica a mais uma manobra do presidente. Por longas e cansativas duas horas, o deputado autonomista desconstruiu os argumentos do situacionismo. Foi seguido pelo colega de bancada Otávio Mangabeira que afirmava que o estado de guerra era um motivo de regozijo para os que sustentavam a “doutrina falsa de que a liberdade era incompatível com a ordem”. Encerrou o discurso proclamando a falência das instituições democráticas no Brasil.<sup>34</sup>

Foi, porém, a estas instituições democráticas dadas como falidas que o parlamentar baiano apresentou um requerimento no final de dezembro de 1936. No texto do documento, pedia aos colegas que manifestassem ao presidente da república a “conveniência de serem postos em liberdade todos os presos sem culpa ou menor indício

---

<sup>34</sup> *Correio da Manhã*, 12 dez. 1936; 13 dez. 1936; 14 dez. 1936. A aprovação do estado de guerra ocorreu no dia 14 de dezembro por 165 votos a favor e 54 contra.

apontado no inquérito para apurar o levante de 1935”. A indicação recebeu apoio da maioria. O pedido de Otávio Mangabeira era um verdadeiro achado de final de ano, pois permitiu reunir sob o mesmo ponto de vista um dos principais deputados que liderava a oposição ao governo e o próprio governo.<sup>35</sup> O requerimento configurou-se como ponto de partida para uma nova estratégia política de Vargas que, dando breve liberdade aos presos e às organizações políticas em meados de 1937, reascendeu as divergências políticas entre comunistas e integralistas e aumentou o temor burguês em relação aos *extremismos*, fazendo com que os deputados se vissem, mais tarde, na contingência de conferir mais poderes ao governo, que mais uma vez solicitou a decretação do Estado de Guerra com a justificativa de controlar a ordem nacional, supostamente em perigo.

### ***A campanha para a sucessão presidencial, a UDB e o golpe de 1937***

Conforme previa a Constituição, os políticos que pretendessem se candidatar à sucessão presidencial precisavam se desincompatibilizar de seus cargos na Câmara e à frente dos governos dos estados até janeiro de 1937. Portanto, fazia todo sentido a proposta de Vargas de apenas se falar em sucessão presidencial a partir daquele mês, já que, sem garantias de que seria escolhido candidato à sucessão,

---

<sup>35</sup> Em crítica à atitude dos parlamentares, o articulista do *Correio da Manhã* afirmava que o fato de ser possível reunir no mesmo assunto os votos de Otávio Mangabeira e Getúlio Vargas mostrava que até as pedras de se encontravam: “Encontram-se, sem, entretanto, se atrair, pois do atrito vem a faísca, da faísca resulta o lume, do lume pode irromper o incêndio.” REGO, Costa. O ERRO DA CÂMARA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 dez.1936. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 6 mar. 2018.



certamente nenhum governador ou deputado se arriscaria em afastar-se de seus postos de mando.

Na ausência de nomes de expressão nacional ou que tivesse força política nos principais estados da nação, Vargas certamente buscaria aprovação para se manter no cargo. Para tanto, precisaria do apoio de dois terços do Congresso para alterar a Constituição. Nessa empreitada, o apoio dos governadores era fundamental, mas ele não viria como o planejado, e, principalmente, os governadores da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, respectivamente Juraci Magalhães, Lima Cavalcante e Flores da Cunha, em consulta feita a pedido de Vargas pelo Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, combateriam abertamente a sua proposta.<sup>36</sup>

No entanto, antes mesmo que houvesse um consenso em torno de nome para substituir Vargas pela maioria parlamentar, já se sabia qual seria o seu possível adversário. Ainda em dezembro de 1936, Armando Sales renunciou ao governo de São Paulo e com esse gesto de desincompatibilização com o cargo de governador no prazo de um ano colocava-se à disposição para a luta de sucessão.<sup>37</sup>

Para Carolina Soares Souza, as eleições presidenciais para o início de 1938 não estavam no horizonte político de Armando Sales, mas a proposta de prorrogação de mandato feita pelo então presidente

---

<sup>36</sup> PANDOLFI. Dulce Chaves; GRYNPAM, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Dossiê Estado Novo. 60 anos*. Revista de Sociologia e Política. n.9. 1997. p.7-23.

<sup>37</sup> Há especulações na imprensa carioca de que Armando Sales alimentava esperanças de ser o candidato oficial do governo. Desde outubro de 1936 já se especulava sobre essa candidatura, mas Vargas não poupou esforços para dissuadi-la.

Getúlio Vargas redirecionou os seus objetivos e posicionamentos políticos que passaram a pautar-se por três grandes ameaças: a ANL, os integralistas e a retomada da ditadura varguista, experimentada entre 1930 e 1934.<sup>38</sup>

No início de janeiro de 1937, a bancada paulista do Partido Constitucionalista já se mostrava hostil em relação ao governo. O cenário para discutir a sucessão de Vargas estava pronto.<sup>39</sup> Confrontando o presidente que insistia em dá mostras de que gostaria de permanecer no poder, o deputado Otávio Mangabeira observava: “Haverá sucessão, não há dúvida. Mesmo que não haja candidato (*risos*). O Método, já se sabe qual será: o das eleições clássicas (*risos*). A sucessão dos ‘si próprios’ pelos ‘si mesmos’ é uma conquista da época”.<sup>40</sup>

Aguardava-se uma convenção organizada pelos deputados *frentistas* e pela maioria situacionista para lançar um nome à sucessão. As *oposições coligadas* criticavam o arranjo. Para Mangabeira, uma convenção nacional só poderia ser validade se fosse realizada pelos partidos, organizada com base em seus estatutos e sem a intervenção dos governos da união e dos estados. Do contrário, só iriam repetir o

---

<sup>38</sup> SOUZA, Carolina Soares. “*Para que o Brasil continue*”: memória e história de um grupo derrotado na política nacional (1933-1945). 2016. 196 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2016. p. 62.

<sup>39</sup> Segundo Carolina Souza, a candidatura de Aramando Sales já era esperada pelo governo desde 1936 quando o então governador de São Paulo realizou um discurso defendendo a democracia, em São José do Rio Preto, no dia 18 de outubro. Daí até a sua renúncia, muitos encontros e desencontros foram registrados entre ele e Vargas e seu afastamento se deu, em definitivo, no mês de dezembro.

<sup>40</sup> PODER LEGISLATIVO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

erros do passado, condenados pela Aliança Liberal. Nos moldes em que pensava o parlamentar baiano, era preciso, também, estimular o interesse dos eleitores, quase sempre indiferentes à política no Brasil, resultado da falta de confiança no processo eleitoral viciado da República Velha, que ele mesmo defendeu até o último momento.<sup>41</sup>

Nos estados, aos poucos, o debate sobre a política regional foi dando lugar aos debates da política nacional. No parlamento, a trégua nas discussões teve seu fim logo no início de março quando mais uma vez o governo solicitou prorrogação do estado de guerra para o Brasil. Os discursos de Otávio Mangabeira não impediram a aprovação do documento, que recebeu 141 votos a favor contra 35 da oposição. Até mesmos os constitucionalistas de São Paulo, que desde o final de 1936 já hostilizavam o governo, votaram em favor da medida.<sup>42</sup>

Em maio realizou-se a convenção para a escolha do candidato à presidência. O congresso foi organizado pela maioria parlamentar e por setores da minoria (Rio Grande do Sul e as oposições independentes), que apresentaram o nome José Américo como candidato. A maioria parlamentar estava nucleada por Minas Gerais e a articulação para o lançamento da candidatura de José Américo foi feita por Benedito Valadares. Dissimulava-se não haver participação do governo na indicação. De fato, não há registros de Vargas apoiando oficialmente a

---

<sup>41</sup> A CONVENÇÃO E A MINORIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>42</sup> O PODER LEGISLATIVO, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

candidatura, mas sabe-se que ela saía quase que como uma candidatura oficial.<sup>43</sup>

Fora do acordo oficial, as *oposições coligadas* lideradas por Otávio Mangabeira e pelo Partido Constitucionalista de São Paulo confirmariam o nome de Armando Sales como candidato de oposição. No mês de abril de 1937 lançaram o livro *Jornada Democrática*, reunindo todos os discursos políticos pronunciados pelo ex-governador de São Paulo. A obra constava ainda de um anexo com trechos de mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa, em 1936, e de informações sobre suas realizações à frente da administração do estado. No texto, há uma tentativa de valorizar a federação e ressalta-se um projeto político de viés liberal que defendia a “autonomia dos estados, o pacto federativo, o voto secreto, os investimentos na educação e na cultura, a consolidação da ordem constitucionalista”, além do respeito às liberdades individuais.<sup>44</sup>

No início de junho, em entrevista na capital do país, já em campanha presidencial, Armando Sales de Oliveira anunciou a criação de um partido nacional, a União Democrática Nacional (UDN) como órgão político de expressão do movimento. A União registraria a legenda e o pleito eleitoral deveria ocorrer em todos os estados sob a mesma. A ideia era do deputado Otávio Mangabeira que trabalhava para tornar a candidatura de Armando Sales uma expressão nacional, uma

---

<sup>43</sup> A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>44</sup> SOUZA, op. cit., 2016, p. 92.

vez que ela estava visceralmente ligada apenas ao estado de São Paulo.<sup>45</sup>

Para o *Correio da Manhã* que já havia se colocado ao lado da candidatura de José Américo, a UDN era um partido nacional criado tão somente pela contingência da luta, reunindo sob o mesmo signo eleitoral as ideologias econômicas e sociais. Além disso, denunciava a dificuldade de Armando Sales em dialogar com as massas populares e criticava o aspecto elitizado de sua campanha.<sup>46</sup>

A legenda *União Democrática Nacional* já havia sido registrada por Bruno Silva, no Rio Grande do Sul, razão pela qual o partido passou a chamar-se Concentração Democrática Nacional e depois União Democrática Brasileira, UDB. O partido teve uma existência curta, mas a campanha que realizou entre os meses de junho e setembro de 1937 revelam o projeto apresentado pela minoria parlamentar como alternativa ao governo de Getúlio Vargas.

A primeira reunião liderada pelo deputado Otávio Mangabeira para a organização do aparelho político de caráter nacional ocorreu no dia 11 de junho de 1937. Na ocasião compareceram deputados das seguintes oposições: 2 da Amazonas, 3 do Pará, 1 de Pernambuco, 1 de Alagoas, 3 da Bahia, 3 do Distrito Federal, 4 do Rio de Janeiro, 10 de Minas, 1 dissidência do PRP, 1 de Mato Grosso, 2 do Paraná, 2 de Santa Catarina, 1 da dissidência Libertadora gaúcha, 1 classista. Os demais

---

<sup>45</sup> A CAMPANHA DA OPOSIÇÃO, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

<sup>46</sup> ENQUANTO SE ESPERA UMA ENTREVISTA COLETIVA NUM PALACETE DA AVENIDA ATLÂNTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018.

eram do situacionismo peceitas (Partido Constitucionalista de São Paulo) e do Partido Liberal gaúcho. Além dos deputados integravam o grupo os senadores Moraes Barros, Cesário de Melo e Jomes Rocha.<sup>47</sup> A presidência do Partido ficou com Artur Bernardes e a Comissão Executiva foi composta por Otávio Mangabeira, João Carlos Machado, Antônio Carlos e Waldemar Ferreira. Naquela mesma data seria lançada a candidatura de Plínio Salgado pela Ação Integralista Brasileira.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acesso em: 6 mar. 2018. A UDB ficou registrada junto ao TSE com os seguintes partidos regionais: Partido Trabalhista Amazonense e Partido Radical Republicano do Amazonas, do estado da Amazonas; Frente Única, do Pará; Partido Social Democrático, do Ceará; Aliança Social, do Rio Grande do Norte; União Democrática Espiritosantense e Partido da Lavoura, do Espírito Santo; Aliança Autonomista Fluminense e Partido Social Democrático do Estado do Rio, no Rio de Janeiro; Partido Constitucionalista, de São Paulo; União Republicana Paranaense e o Partido Liberal, do Paraná; Legião Republicana Catarinense e Partido Republicano Liberal, de Santa Catarina; Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, Partido Republicano Castilhistas e União Democrática Nacional, do Rio Grande do Sul; Partido Republicano Matogrossense, no Mato Grosso; Partido Republicano Mineiro e Partido Progressista Democrático, em Minas Gerais; Partido Libertador Carioca, Partido Republicano do Distrito Federal, Partido Popular Democrático, Partido Libertador Carioca, Partido Evolucionista e Núcleo Eleitoral Pró-emancipação Carioca, no Distrito Federal; Concentração Autonomista, da Bahia. Assinou pela Bahia o advogado/deputado Luíz Viana. De acordo com o artigo 166 da Lei n. 48, de 04 de maio de 1935, aquele partido tinha ação em todo âmbito nacional. *A Batalha*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1937 p. 2. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acesso 05 maio 2016.

<sup>48</sup> Jornal *A Razão*, do Rio de Janeiro registrou também, o nascimento da UDB: “Registrada a UDB” – O Superior Tribunal Eleitoral concedeu registro à União Democrática Brasileira como partido de âmbito nacional. *Jornal A Razão*, 26 ago 1937. n. 370. Ano II. Três dias depois, o mesmo jornal publicou que a UDB teria aberto a semana de alistamento, esperando registrar 40.000 mil eleitores. Pouco menos de um mês, é o mesmo jornal que também noticia o fim do incipiente partido. Na matéria “Morte Prematura” afirma: “agita-se a União Democrática Brasileira nos estertores da agonia. Nenhum médico poderá salvá-la da morte inevitável que se aproxima com a rapidez dos meteoros aos ruídos das turbulentas alegrias ameriquistas. O golpe foi fatal: quebrou-lhe a espinha dorsal com a renúncia do sr. Flores da Cunha. Arrastando-se cambaleando e trôpega, restam-lhe apenas alguns melancólicos dias de vida. Antônio Carlos, Otávio Mangabeira, Artur Bernardes, João Carlos Machado e outros membros da suas desditosa família-velha alcoviteira, no espasmo das dores insuportáveis, amaldiçoando o destino ingrato com o rictus sinistro dos condenados. Pobre UDB! Extinguiu-se tão cedo, quando ainda ressoam nos ouvidos majoritários os ecos pirotécnicos do seu contentamento infantil naquela

Importante destacar que o grupo que liderava a campanha era heterogêneo. Antônio Carlos e Artur Bernardes até então eram políticos irreconciliáveis. O mesmo se apresenta para Otávio Mangabeira e Antonio Maciel, o primeiro com os direitos cassados pelo segundo nas eleições para a composição da Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Porém, a maior dificuldade encontrada era convencer a todos da necessidade de dar um caráter nacional à campanha. Para Otávio Mangabeira essa seria uma forma de a oposição voltar à Câmara Federal coesa e com força política, uma expressão do partido nacional de oposição de norte a sul do país; para os demais membros da UDB, como Prado Kelly e Raul Fernandes, um partido de caráter nacional poderia dificultar os novos acordos entre a oposição e as situações locais, caso a Armando Sales perdesse as eleições, uma evidente declaração de que em jogo estavam os interesses pessoais e das classes dominantes que representavam.<sup>49</sup>

Exemplo dessa postura reticente foi o silêncio da minoria durante as discussões na Câmara naqueles meses de campanha. Em análise dos anais daquele ano, na ocasião em que se votavam projetos do governo, a minoria não se pronunciou. Aliás, os debates travados pelos líderes das *oposições coligadas* foram sensivelmente diminuídos justamente no momento em que as acusações ao governo deveriam ser mais incisivas.

---

noite traquinas do Campos da América. *A Razão*, 24 out. 1937, p.3. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 04 maio 2016.

<sup>49</sup> *Correio da Manhã*, 11 e 17 jun. 1937; 16 jul. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)> . Acesso em: 6 mar. 2018. A campanha nacional da candidatura de Armando Sales foi lançada em 16 de julho de 1937.

O fato é que a partir daquele mês, a rica campanha de Armando Sales, conforme definiam os articulistas do *Correio da Manhã*, seria objeto de muitas mudanças. Havia um apelo por parte das oposições para que ela passasse a representar uma alternativa à crise instalada no país. Deste modo, palavras de ordem como *democracia, era democrática, salvação e unidade nacional*, conforme destacou Carolina Souza, passaram à centralidade de seus discursos. Se havia medo do perigo comunista entre os brasileiros, era preciso destacar que o perigo maior estava, justamente, numa possível prorrogação de mandato por Getúlio Vargas. Para combater tal ideia era preciso que brasileiros de todos os estados, sob o argumento da unidade nacional, fossem às urnas combatê-lo com o voto.

Otávio Mangabeira teve importante papel nessa campanha, sobretudo na elaboração do programa da UDB e na elaboração e divulgação da narrativa de candidato nacional. O *Evangelho da União Democrática* esboçado por ele prescrevia:

1. democracia, com manutenção do voto secreto, justiça eleitoral, pluralidade partidária e sistema de representação proporcional; 2. Defesa das liberdades públicas; 3. preparação política do povo pela educação; 4. Defesa do regime federativo; 5. Preservação da intocabilidade da carta de 16 de julho; 6. Observância das regras do jogo democrático.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1980 p. 197. *Apud* SOUZA, op. cit., 2016, p. 106.



A campanha confrontava-se com as iniciativas de centralização política adotadas por Vargas. Com promessa de estabelecer a unidade nacional, assegurando o pacto federativo, as *oposições coligadas* buscavam apoio nos diferentes grupos dominantes e na população dos diferentes estados. Conforme destacou Carolina Souza, além da promessa de salvação nacional, a campanha de Armando Sales enfatizava a ação empreendedora e a administração eficiente e neutra, que marcavam a nova racionalidade na gestão da coisa pública.<sup>51</sup> Mas o investimento na construção da imagem do candidato Armando Sales e do estado de São Paulo como modelos não surtiu o efeito desejado, e de acordo com os jornais analisados, ainda que se tentasse evitar uma imagem ligada aos interesses regionais, a candidatura de Sales não fugiu a essa interpretação por parte das frações dominantes nos diferentes estados que, se vendo integradas num projeto político nacional de Vargas, não queriam arriscar que as decisões políticas voltassem a ser pautadas por São Paulo.

Assim, a campanha que começou tão empolgante, aos poucos foi perdendo força. No início de setembro de 1937, o governo havia pedido a renovação do estado de guerra. Quase não se falava mais em sucessão presidencial e a UDB anunciava uma possível retirada da candidatura de Armando Sales, em função (e protesto) desse pedido. Ainda em outubro, o governo decretou intervenção federal no estado do Rio Grande do Sul, levando o governador Flores da Cunha, principal articulador para a escolha do nome de Armando Sales, à renúncia e

---

<sup>51</sup> SOUZA, op. cit., 2016, p. 109.

auto-exílio no Uruguai. Com a crise da candidatura do paulista, as oposições passaram a considerar uma candidatura militar, defendendo a execução do estado de guerra pelo Exército ou pela Marinha, sem a participação de Vargas, através de uma emenda sugerida pelo deputado Raul Bittencourt. O pedido não foi atendido. Antônio Carlos e Otávio Mangabeira tentaram ainda uma manobra eleitoral, indicando nomes de militares ao governo, o que reuniria a maioria dos deputados, tentando, sem sucesso, contato com os generais Francisco de Andrade Neves, Guedes da Fontoura e Góes Monteiro.<sup>52</sup>

Em reunião da UDB, no dia 8 de novembro de 1937, dois dias antes do golpe, a imprensa especulava um possível apoio das oposições à candidatura de José Américo, numa desesperada tentativa de levar adiante o processo de sucessão presidencial. No dia seguinte, Francisco Campos assumiria o Ministério da Justiça, após o pedido de exoneração de Macedo Soares, datado do dia 5 daquele mês. Não havia mais tempo para manobras internas dentro da oposição. A 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas anunciou a sua permanência no poder. Com base num plano forjado pela cúpula do Estado, e mostrando a sua força política alicerçada no Exército, Vargas desferiu o golpe que o manteve mais oito anos no comando do executivo brasileiro. Estavam lançadas as bases para instalação do Estado Novo no Brasil.

---

<sup>52</sup> A SITUAÇÃO POLÍTICA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 out. 1937. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acesso em: 6 mar. 2018.

### *Considerações finais*

Como podemos observar, e concordando com Dulce Pandolfi, o golpe de 10 de novembro de 1937 não pode ser lido como um desfecho natural da Revolução de 1930, mas como fruto de um processo de alijamento de importantes segmentos das elites civis e militares. A pouca resistência dos parlamentares que estavam na base do governo, portanto, longe de significar apoio irrestrito, revela “a complexidade de um processo regido pela ambição que tinham os diversos segmentos da sociedade de assegurar para si o controle da nova máquina de estado que se montava”.<sup>53</sup> Ambição esta presente no seio da maioria e da minoria parlamentar que entraram em disputa para a retomada de seus postos de mando, subtraídos com a Revolução de 1930.

Pelo exposto neste artigo, percebe-se que o grupo de deputados constituintes da minoria parlamentar, entre os anos de 1935 e 1937 também desempenharam importante papel nesse processo que culminou no golpe de 1937. Portadores de um projeto de governo que se confrontava com aquele esboçado por Vargas, apesar de em número significativamente menor, as *oposições coligadas* dispunham de condições de arregimentar apoio entre os demais parlamentares. No entanto, profundamente marcados pelos interesses regionais e de classe, esses deputados não conseguiram manter uma coesão partidária, o que, evidentemente, fortalecia o governo que já contava com uma robusta bancada de apoio, bem como com o Exército.

---

<sup>53</sup> PANDOLFI. op. cit., 1997. p.8.

Parte dos deputados de oposição manteve-se em indefinição entre 1935 e 1936, e ainda que contrários ao continuísmo de Vargas cedeu constantemente aos seus apelos ao Congresso, apoiando medidas de cerceamento das liberdades, inclusive as parlamentares e de imprensa. Isso não significa, porém, que esses deputados concordavam com Vargas. Como visto várias frações desta oposição estavam dispostas a combater o projeto continuísta e a se lançarem como alternativas ao governo. Para tanto, criaram as bases e consolidaram a fundação de um Partido Nacional, a União Democrática Brasileira, e este, ainda que de forma precária, realizou uma campanha emoldurada na defesa de um governo pautado na democracia, nas instituições liberais, nas liberdades individuais e no respeito ao pacto federativo como forma de superação da crise vigente no país. Derrotado esse projeto, a atuação dessa minoria parlamentar foi reduzida pelo grupo vitorioso e a campanha de Armando Sales circunscrita aos limites do estado paulista.

O insucesso da campanha das *oposições coligadas*, no entanto, não pode ser confundido com irrestrito apoio ao golpe de 1937, o que não se registrou nem entre a maioria parlamentar. Assim como Vargas, a oposição também teve que recompor constantemente as suas alianças, e os caminhos e descaminhos dessas recomposições, quase sempre ausentes de parte da produção historiográfica, iluminam o tortuoso processo que culminou na implantação do Estado Novo no Brasil, e, além disso, justifica as alianças que mais tarde, no ano de 1945,

estariam nas bases da fundação da União Democrática Nacional, no declínio do Regime.

## ***Referências***

### ***Bibliografia***

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol 3. Notas sobre o Estado e a Política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSPAM, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Dossiê Estado Novo. 60 anos*. Revista de Sociologia e Política. n.9. 1997. p.7-23.

SOUZA, Carolina Soares. *“Para que o Brasil continue”*: memória e história de um grupo derrotado na política nacional (1933-1945). 2016. 196 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2016.

RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1980.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

***Fontes***

Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro – jan. 1935 a dez. 1937;

Jornal *A Batalha*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1936; 24 jul. 1936; 28 jul. 1936; 12 set. 1936;

Jornal *O Imparcial*, Bahia, 23 out. 1935;

Jornal *A Razão*, Rio de Janeiro, 24 out. 1937.

Recebido em 02 de abril de 2017; aprovado em 30 de novembro de 2017.